



Relatório de Actividades e Contas 2022

Índice

Parte I – Plano de Actividades

1. Introdução.....	2
2. Dinâmica Institucional.....	3
3. Recursos Humanos.....	9
4. Equipamentos e Infraestruturas	10
5. Assembleias Gerais	10
6. Parcerias.....	10
7. Considerações Finais	11

Parte II – Situação Económica e Financeira

1. Análise da situação Económica e Financeira.....	13
1. Balanço	18
1. Demonstração de Resultados	19
1. Anexo.....	20

1. Introdução

O Plano de Actividades elaborado para o ano de 2022 foi cumprido dentro das circunstâncias “atípicas” devido à Pandemia por Covid19. No entanto, a Instituição tentou alcançar os objectivos perspectivados no Plano de Atividades para 2022.

A APPACDM de Soure propôs-se a pôr em prática um conjunto de acções que visaram alcançar o seu primordial objectivo:

- Desenvolver competências básicas e aptidões sociais do cidadão portador de deficiência intelectual e incapacidade, com vista à promoção do sucesso pessoal e ao seu enquadramento no seio da comunidade;
- Desenvolver competências sócio-profissionais dos activos empregados e desempregados, através do desenvolvimento de Acções de Formação Profissional que permitem a dupla certificação escolar e profissional.

Foi a partir destes objectivos gerais que foram traçados os seguintes objectivos operacionais, sobre os quais o esforço da nossa acção incidiu, nomeadamente:

- Apoiar a estrutura funcional e operacional ao nível dos equipamentos e instalações;
- Apoiar a integração em mercado normal de trabalho a população portadora de deficiência mental e/ou com dificuldades de adaptação ao meio sócio-profissional;
- Incentivar a adesão à prática desportiva como forma de inclusão social;
- Planificar actividades culturais e recreativas, de carácter Institucional e Comunitárias.

2. Dinâmica Institucional

2.1. Respostas e Serviços

A política social da APPACDM de Soure tem como filosofia de base uma perspectiva integrativa e globalizante da melhoria da qualidade de vida do cidadão com deficiência, incapacidade e em situação de desvantagem, nas áreas da reabilitação, educação e qualificação profissional. Todo e qualquer ser humano possui um potencial a explorar, quer a nível intelectual e laboral, quer na promoção do desenvolvimento afectivo e psicossocial.

A APPACDM de Soure privilegia o recurso a sinergias comunitárias numa dialéctica que não se pretende unidireccional, pelo contrário pretendemos contribuir para a dinâmica comunitária e constituirmo-nos como uma mais-valia e parceiro social.

No ano transacto, esta Instituição continuou a operar as respostas sociais: CATL (33 crianças), CACI (55 clientes), SAD (10 clientes), Lar Residencial (20 clientes), Residência Autónoma (5 clientes), Formação Profissional e Centro de Recursos para a Inclusão. Em termos de Projeto de integração socio/profissional possuímos a medida Emprego Apoiado em Mercado Aberto bem como outras medidas de apoio ao emprego por parte do IEFP, financiando um total de 9 funcionários.

2.1.1. CATL Integrado

No que concerne à valência do CATL Integrado, a política de actuação durante o ano de 2022, regeu-se por dar continuidade aos objectivos propostos em anos anteriores, tendo em atenção as devidas contingências e adaptações decorrentes da Pandemia por Covid 19.

Esta resposta funciona na “Antiga Escola Básica nº2 de Soure”, espaço cedido pela Câmara Municipal de Soure, através de um protocolo de parceria. Foram efetuadas obras de melhoramento no equipamento, nomeadamente a substituição de um telhado novo.

2.1.1. Centro de Recursos para a Inclusão

Aprovação e renovação da candidatura da acreditação do Centro de Recursos para a Inclusão para o ano de 2022/2023

2.1.2. Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão(CACI)

No âmbito desta valência foram desenvolvidas diversas actividades funcionais visando a promoção da integração dos clientes, na comunidade de uma forma global. Actualmente esta resposta apoia cerca de 55 clientes.

2.1.3. SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

Esta valência, direccionada a apoiar 10 clientes portadores de deficiência intelectual e seus familiares, na área concelhia de Soure, manteve em 2022 a resposta social prestada, dando continuidade aos objetivos propostos nos anos anteriores.

2.1.4. Lar Residencial

Esta resposta social de Lar Residencial, de carácter permanente, destina-se a apoiar jovens/adultos portadores de deficiência mental e seus familiares com idades superiores ou iguais a 16 anos. Esta valência criou condições de bem-estar e qualidade de vida a 20 clientes da nossa instituição desprovidos de suporte social.

Lamentavelmente a 7 de Fevereiro de 2022, recebemos a notificação de indeferimento da Candidatura ao Programa PARES (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais) da 3ª Geração.

2.1.5. Formação Profissional

2.1.5.1 Formação Profissional – PO ISE

Em 2022 contamos com uma média de 60 formandos durante todo o ano. Iniciou-se em outubro de 2022 um novo projeto dentro da mesma tipologia – medida 3.01 –

Qualificação de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, estando em funcionamento dois projetos a funcionar em simultâneo de outubro a dezembro.

2.1.6 JardimSoure

A JardimSoure é uma empresa ligada ao ramo da jardinagem e manutenção de espaços verdes, que existe desde 1999 e presta serviços a mais de meia centena de clientes fixos. Inicialmente a funcionar como Empresa de Inserção, com a extinção desta medida, em 2016 passamos a laborar uma resposta socio/profissional como medida de apoio apoiado em mercado aberto.

2.1.9.1. Secção de Desporto – Clube de Atletismo – SOURE MOV

Desde 2016, que a APPACDM de Soure desenvolveu um projecto desportivo e social, o Clube de Atletismo, denominado SOURE MOV, membro filiado na Federação Portuguesa de Atletismo e da ADAC (Associação Distrital de Atletismo de Coimbra).

Os encontros semanais realizam-se as segundas e quintas-feiras com grupos de corrida e caminhada.

Realizaram-se várias provas ao longo do ano, entre elas o VI Cross Trail Soure 1111 em 24 de Abril de 2022; e em 23 de Julho 2022 a Corrida 4 Estações.

2.2. Actividades Complementares

Neste âmbito foi levado a cabo um vasto programa, assim como em anos anteriores, que permitiu aos nossos clientes a manutenção de actividades recreativas, desportivas e culturais, como meios constituintes e facilitadores de inclusão social.

Ao longo de 2022 foram promovidas as seguintes acções:

2.2.1. Mês de Janeiro

No decorrer do mês de Janeiro, todas as respostas sociais, tiveram que se readaptar diariamente face ao número elevado de clientes e colaboradores com Covid 19. No

entanto toda a Instituição continuou a laborar, em equipas desfasadas, tentando manter a normalidade, e fazendo pequenas atividades dentro das limitações inerentes a todo este processo.

2.2.2. Mês de Fevereiro

Dia 14 - Celebração do Dia da Amizade

Dia 28 – Ida ao Cinema com clientes de Lar e Residência Autónoma, ver “Um susto de família”

2.2.3. Mês de Março

Dia 2- Reunião promovida pela Agência para a promoção da Baixa de Coimbra, para organizar a noite branca de Coimbra. Sendo que a Marcha da Vila de Soure, é sempre a primeira a desfilar.

Dia 19 – Comoração do Dia do Pai, pelos clientes do LRE e RAU;

Dia 21 – Comemoração do Dia da Arvore, com a plantação de diversas arvores nos espaços adjacentes ao Lar Residencial.

Dia 26 de Março: Os clientes de Lar Residencial e RAU foram ao Circo “Dragon” em Soure.

2.2.4. Mês de Abril

Dia 8 – Participação no concurso de máscaras promovido pela Camara Municipal de Soure

Dia 11 a 14 – Festejos da Páscoa, com a elaboração de folares e ovos de chocolates.

2.2.5. Mês de Maio

Dia 7 de Maio: Arruada dos Bombos pelas ruas da Vila de Soure;

Dia 31 de Maio: Participação no XVII encontro Nacional de Ranchos Folclóricos, promovido pelo CERE(Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento);

2.2.6. Mês de Junho

Passeios a Praias/Piscinas – Junho a Setembro

Efetuarão-se diversas idas à praia (Buarcos, Figueira da Foz e Praias Fluviais). Estas atividades foram direcionadas para os clientes de CACI, CATL Integrado, SAD, CRI, Lar Residencial e Formação Profissional.

Dia 11 de Junho: Participação da Marcha da Vila de Soure no Festival de Marchas de Cernache;

Dia 17 de Junho: Atuação da Marcha da Vila de Soure, na noite branca de Coimbra;

Dia 18 de Junho: Passeio/convívio entre colaboradores e clientes, através da ida ao Teatro Politeama para visualizar “Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos”;

Dia 24 de Junho: Dia de Batismo de voo, promovido pelos Cavaleiros do Céu, no aeródromo Bissaya Barreto em Cernache, com o Tema “Vamos Voar! As Diferenças ficam em terra”;

Dia 25 de Junho: Actuação da Marcha da Vila de Soure no Festival de Vila Nova de Cernache.

2.2.7. Mês de Julho

Dia 14 de Julho: Atuação da Tuna da APPACDM de Soure na Unidade de Cuidados Continuados da Associação Fernão Mendes Pinto em Coimbra;

Passeios a Praias/Piscinas

Efetuarão-se diversas idas à praia (Buarcos, Figueira da Foz e Praias Fluviais). Estas atividades foram direcionadas para os clientes de CAO, CATL Integrado, SAD, CRI, Lar Residencial, Residência Autónoma e Formação Profissional, bem como do CATL Integrado.

21 de Julho: VIII Encontro Intergeracional promovido pela CLDS 3G de Soure. Além da participação dos clientes das respostas CATL, CACI, Lar Residencial e RAU, houve ainda a atuação da Tuna da APPACDM de Soure, no período de animação sociocultural.

22 de Julho: Arraial de S. Tiago, promovido pela Junta de Freguesia de Soure tendo como parceira a APPACDM de Soure, que dinamiza todo o Festival de Marchas Populares. Pela primeira vez realizou-se no espaço exterior ao Mercado Municipal de Soure. Contou com a participação de 200 marchantes.

2.2.8. Mês de Agosto

Passeios a Praias/Piscinas

Efectuaram-se diversas idas à praia (Buarcos, Figueira da Foz e Praias Fluviais). Estas actividades foram direccionadas para os clientes de CAO, CATL Integrado, SAD, Lar Residencial.

2.2.9. Mês de Setembro

Dia 5 a 9 de Setembro – Colónia de férias na Pousada da Juventude de Setúbal

A APPACDM de Soure levou a cabo em articulação com a Cooperativa Deliciosas Diferenças (crl), a Colonia de férias.

Dia 16: Visita de acompanhamento da Segurança Social, às respostas CACI e CATL;

Dia 29: Colaboração na Tese de Doutoramento da Dr^a Ana Araujo, sobre “Comportamento repetitivos no Autismo”;

2.2.10. Mês de Outubro

Dia 14 de Outubro: Realização do Encontro de Danças e Cantares da APPACDM de Soure

Dia 15 a 7 de Novembro: Adesão à Campanha do Pirilampo Mágico

A APPACDM de Soure adere todos os anos à campanha de solidariedade promovida pela FENACERCI, na venda de Pirilampos Mágicos pelo Concelho de Soure. A nível nacional a nossa Instituição tem a concessão de venda exclusiva no concelho de Soure;

2.2.11. Mês de Novembro

Dia 11 – Magusto

No âmbito das comemorações do S. Martinho, realizou-se na Instituição, o já tradicional Magusto, onde participaram as valências de CAO, SAD, Lar, CATL e Formação Profissional.

Dia 30: Os clientes de CACI, participaram na atividade promovida pela Autarquia de Soure “A cidade Educadora, cidade da paz e das oportunidades”, construindo pombas e flores para um mural, afixado no Hall de Entrada da Camara Municipal de Soure;

Dia 30 de Novembro: Assembleia Geral da APPACDM de Soure para apresentação do Plano de Actividades e contas para 2023;

2.2.12. Mês de Dezembro

Dia 2: A Formação Profissional da APPACDM de Soure, esteve presente na Feira de Emprego, promovida pelas Escolas de Montemor, com um stand alusivo às nossas ofertas formativas;

Dia 2: Os clientes de CACI, participaram no Concurso de Coroas de Natal, promovido pela APPACDM de Condeixa a Nova, tendo ido entregar a sua à Junta de Freguesia de Condeixa.

Durante todo o mês de Dezembro a APPACDM participou em diversos eventos, promovidos pela Autarquia (arruada do Pai Natal com atuação dos Batukes-8 de Dezembro; e nos Cantares ao Menino, no dia 9 de Dezembro), bem como pela Associação Empresarial de Soure (arruadas com os Batukes e Mercado de Natal de Rua, de 10 a 15 de Dezembro);

Dia 16 de Dezembro: Tradicional Festa de Natal de clientes, colaboradores e direção, em que se celebrou a Missa Natalícia, e posteriormente se celebrou a Cerimónia de Protocolo de apoio à aquisição de uma nova carrinha. No período da tarde houve a distribuição de prendas simbólicas por todos os clientes de todas as respostas sociais.

Dia 24 – Entrega de prendas aos clientes de Lar Residencial e Residência Autónoma pela Diretora Técnica e pelos membros da Direção, seguida de lanche convívio.

Dia 29 de Dezembro: Ida ao cinema com clientes de CACI, Lar Residencial e RAU, visualizar o filme "Os meus Ricos filhos", no Forum Coimbra.

3. Recursos Humanos

No ano de 2022 a Instituição procedeu à contratação de 4 funcionários, e houveram 4 rescisões de contratos de trabalho. Encontram-se em licença sem vencimento 2 trabalhadores.

4. Equipamentos e Infraestruturas

4.1. Infraestruturas

No que se refere às estruturas físicas, destaque-se que foram efectuadas obras de manutenção e requalificação do edifício sede CACI), do Lar Residencial e do CATL, bem como de todos os espaços exteriores.

Nos equipamentos, há que destacar a aquisição de uma viatura Pesada de Passageiros, para transporte de clientes da instituição.

5. Assembleias-gerais

- No dia 30 de Março realizou-se uma Reunião Ordinária da Assembleia Geral, que teve como ordem de trabalhos a Apreciação e Votação da Proposta de Balanço, Relatório e Contas da Direcção relativa ao Exercício do ano de 2021, acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal.
- No dia 30 de Novembro realizou-se uma Reunião Ordinária da Assembleia Geral, a qual teve por fim a Apreciação e Votação das Propostas de Orçamento e de Plano de Actividades para o Exercício de 2023, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal.

6. Parcerias

▪ Avaliação do plano de parcerias

No que concerne às parcerias, durante o ano de 2022 estas foram cumpridas e tiveram a sua eficácia comprovada. Destacamos a sua importância para a concretização e enriquecimento do plano de actividades e melhoria da qualidade de vida dos nossos clientes. Destaque-se ainda o funcionamento de uma das nossas respostas sociais num edifício cedido pela **Câmara Municipal de Soure** e a colocação de formandos em contexto de trabalho em empresas concelhias (**Associação Empresarial de Soure**) e em Instituições congéneres (Cooperativa “Deliciosas Diferenças”, Santa Casa da Misericórdia de Soure, Casa do Povo de Vila Nova de Anços, Associação da Vinha da Rainha). Destacamos ainda a Parceria com os

Supermercados LIDL e Pingo Doce, que nos permite a recolha de quebras alimentares, dando comprimento à nossa Política de Responsabilidade Social, e que é fulcral na sustentabilidade económica da Instituição. Foi ainda renovada a Parceria com a Associação Empresarial de Soure, no que concerne à divulgação de ações de sensibilização e integração de clientes em postos de trabalhos.

7. Considerações Finais

A Direcção da APPACDM de Soure quer expressar o seu agrado pelo nível de realização do Plano de Actividades, que é sem dúvida um indicador seguro da coesão e do grau de empenhamento de todos aqueles, que de um modo ou de outro, tornaram possível a concretização dos objectivos a que nos propusemos. Deste modo, a presente Direcção, quer expressar os seus sinceros agradecimentos a todos os que com ela colaboraram na concretização dos seus objectivos, nomeadamente: aos colaboradores, pais e familiares dos clientes, aos sócios, parceiros e amigos da instituição, aos organismos públicos, privados e, particularmente, ao Instituto de Segurança Social, ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, à Câmara Municipal de Soure, à Junta de Freguesia de Soure, à Caixa de Crédito Agrícola de Pombal, ao Padre José Cunha, à Serração Pedrosa e Irmãos; Banco Alimentar Contra a Fome, Pingo Doce, LIDL, ao Eng^o Ilídio Seco (no desenho e candidatura a Projetos) bem como às Empresas que pontualmente connosco colaboram e a todos aqueles que, de algum modo, estiveram sempre presentes com o seu apoio e espírito de solidariedade.

Esta Direcção, consciente do muito que há ainda por fazer, considera positiva a avaliação que faz do exercício do ano de 2022.

Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Soure



PARTE II

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

2022

Análise da Situação Económica e Financeira 2022

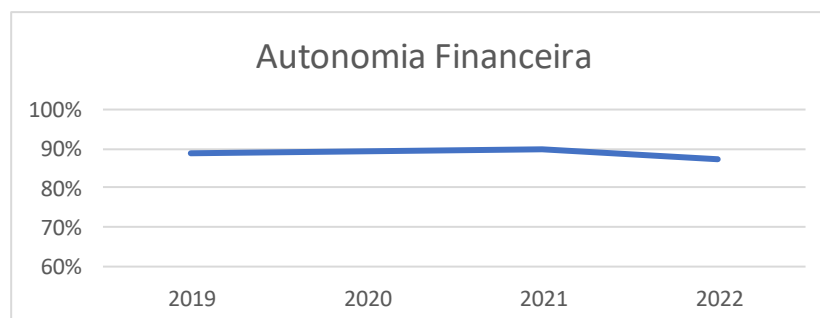
De acordo com o elencado no artigo 27.º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Soure, presta-se desta forma a informação aos seus associados, quer da sua posição financeira, evidenciada no Balanço, quer do seu desempenho económico, reflectido na Demonstração de Resultados.

Balanço

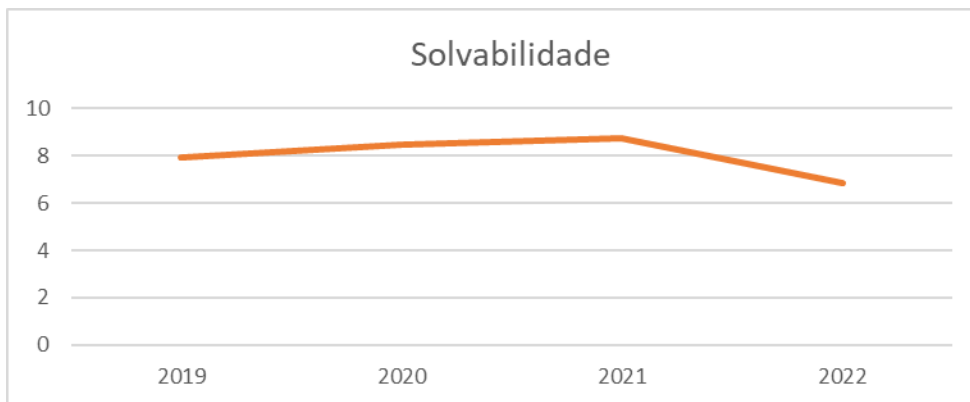
Da análise ao Balanço, podemos concluir que, esta Instituição, tem uma autonomia financeira favorável: indicador da proporção relativa dos activos da instituição financiados por capitais próprios (fundos patrimoniais) está nos 88 %.

Quanto maior é a percentagem, menor é o risco que a organização apresenta, ou seja, menor é a dependência de capitais alheios.

2022	2021
$1.795.154,62\text{€}/2.056.646,39\text{€} = \mathbf{88\%}$	$1.785.595,51\text{€}/1.989.894,36\text{€} = \mathbf{90\%}$

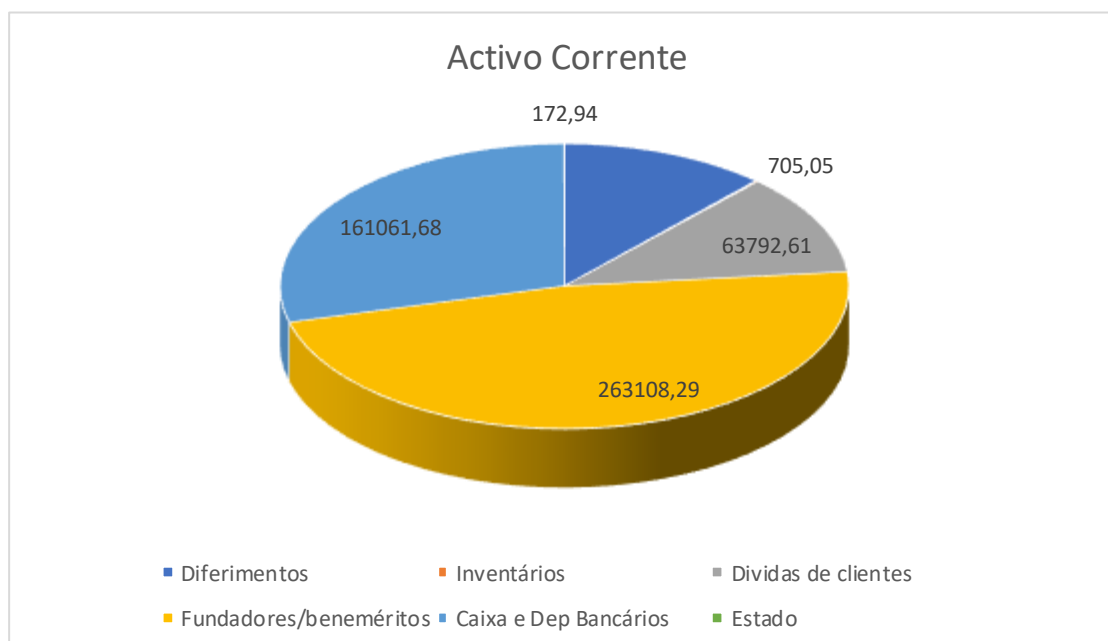


Solvabilidade: Fundos Patrimoniais/Total Passivo = 1.795.154,62€/261.491,77€ = 6,87, significa que a entidade está financeiramente estável.



O activo corrente totaliza 423.700,35€. Este valor é repartido por:

- 161.061,68€ de disponibilidades (caixa e depósitos bancários)
- 63.792,61€ de dívidas de clientes da instituição
- 263.108,29€ de donativos (integram os do Lidl, pingo doce, e outros) e quotas de associados
- 705,05€ de inventário de matérias primas
- 172,94€ de receitas do estado
- - 65.140,22€ de diferimentos (este valor é o montante recebido pelo IGFSS, correspondente à participação extraordinária 2023)



Do lado do passivo corrente, o débito a fornecedores, representa cerca de 13% do passivo de curto prazo; 52% de outras contas a pagar, como por exemplo os subsídios e despesas inerentes a estes que os funcionários têm direito de 2021, 23% de empréstimos obtidos (financiamento da carrinha MAN) e 11% de pagamentos ao estado que ficam pendentes para 2023.



Demonstração de Resultados

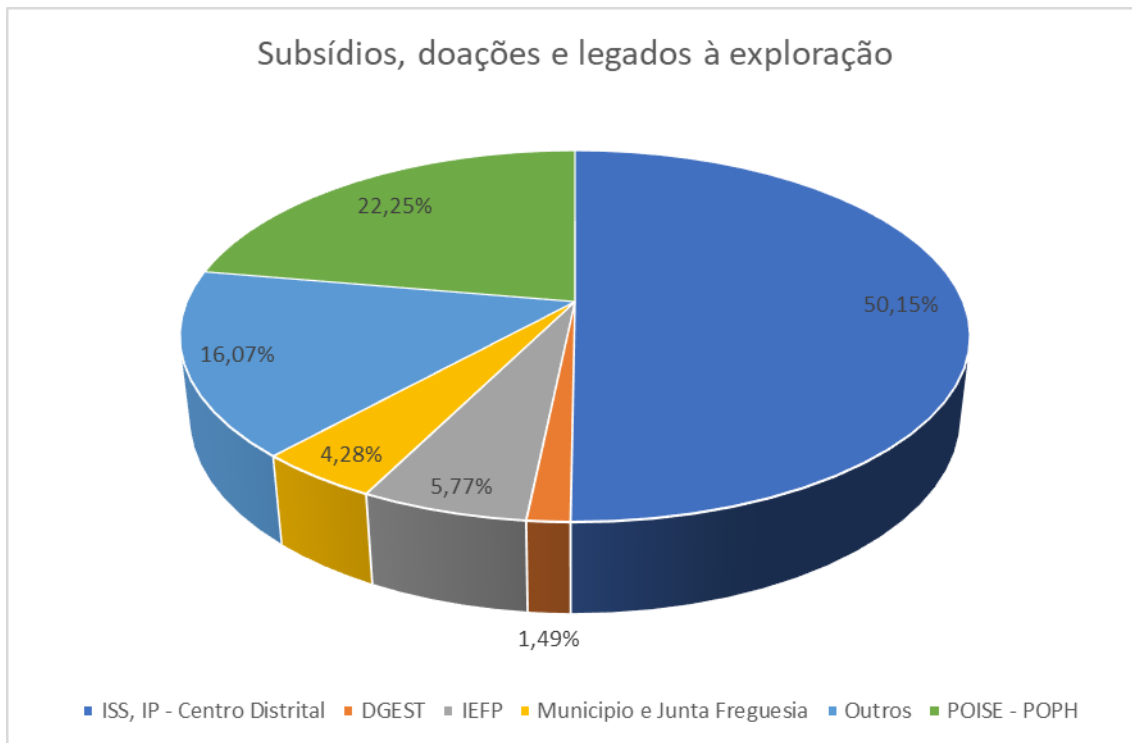
De acordo com a Demonstração de Resultados, verifica-se que, em 2022 houve **Resultado Líquido Positivo**, no montante de **9.559,11€**.

Esclarece se ainda que contabilisticamente e devido ao regime da especialização do exercício, o valor correspondente aos diferimentos no montante de 65.140,22€, diz respeito à comparticipação extraordinária da segurança social para 2023; ou seja, tem de ser registado em 2022 e é um proveito de 2023.

Rendimentos

- **Vendas e Serviços Prestados – 257.910,01€** que representam as mensalidades dos clientes/utentes da instituição nas valências de CATL, CAO, SAD, Lar Residencial, Residência Autónoma, Refeições escolares e outras, Serviços JardimSoure.

- **Subsídios, doações e legados à exploração – 1.412.302,48€** (são os valores recebidos pelas participações da segurança social às respostas sociais, bem como o apoio do Município de Soure, Junta de Freguesia de Soure, Acordo com a DGEST com o projeto CRI, POISE - POPH na participação da Formação Profissional, IEFP nas medidas de emprego apoiado e CEI+).



Gastos

A estrutura de gastos apresenta um total de 1.670.450,92€.

- **Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas**, totalizou 61.980,87€.
- **Gastos com o Pessoal**, totalizaram 1.023.194,68€
- **Fornecimentos e Serviços Externos** – 234.814,62€

Descrição	2022	2021
Serviços Especializados	79 590,82	78 160,80
Trabalhos Especializados	14 102,86	19 495,84
Honorários	41 756,73	28 117,66
Conservação e Reparação	23 022,78	29 874,26
Publicidade	333,40	328,40
Outros	375,05	344,64
Materiais	15 047,39	10 274,02
Ferramentas e Utensílios	6 997,93	4 555,08
Livros e Doc. Técnica	937,94	149,30
Material de escritório	5 771,66	5 332,19
Artigos para Oferta	1 339,86	237,45
Energia e Fluidos	73 861,37	55 903,53
Eletricidade	19 800,09	21 610,96
Combustíveis	41 824,08	26 672,49
Água	784,52	318,42
Gás	11 337,73	7 301,66
Outros (óleo e adblue)	114,95	
Deslocações, Estadas e Transportes	15 721,82	4 986,83
Serviços Diversos	46 745,17	45 909,07
Rendas e Alugueres	7 789,93	17 438,40
Comunicação	5 897,95	8 584,18
Seguros	12 192,37	2 449,39
Contencioso e Notariado	459,26	365,54
Limpeza, Higiene e Conforto	19 753,92	16 861,07
Outros	651,74	210,49
Outros	3 848,05	3 995,20
TOTAL	234 814,62	199 229,45

APPACDM - Soure

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 505391180

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 620 755,13	1 580 914,61
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	17.1	12 190,91	9 795,05
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		1 632 946,04	1 590 709,66
Activo corrente			
Inventários	9	705,05	1 193,70
Créditos a receber	17.3	63 792,61	61 524,54
Diferimentos		-65 140,22	0,00
Caixa e depósitos bancários	17.7	161 061,68	140 439,22
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.2	263 108,29	187 898,05
Estado e Outros Entes Públicos		172,94	8 129,19
		423 700,35	399 184,70
Total do ativo		2 056 646,39	1 989 894,36
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.8	48 173,37	48 173,37
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		554 695,89	515 529,97
Excedentes de revalorização		809 245,51	809 245,51
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		373 480,74	373 480,74
		1 785 595,51	1 746 429,59
Resultado líquido do período		9 559,11	39 165,92
Total dos fundos patrimoniais		1 795 154,62	1 785 595,51
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	33 604,01	34 962,51
Financiamentos obtidos		61 383,07	0,00
Outras contas a pagar	17.11	136 600,28	141 382,29
Adiantamento de clientes		0,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	17.10	29 904,41	27 954,05
		261 491,77	204 298,85
Total do passivo		261 491,77	204 298,85
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 056 646,39	1 989 894,36

APPACDM - Soure

Contribuinte : 505391180

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	10	257.910,01	234.553,24
Subsídios, doações e legados à exploração	17.13	1.412.302,48	1.404.782,64
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	61.980,87	48.518,47
Fornecimentos e serviços externos	17.14	234.814,62	199.229,45
Gastos com o pessoal	15	1.023.194,68	976.166,56
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		880,17	23.663,89
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	17.15	9.797,54	9.632,45
Outros gastos	17.16	308.127,69	325.316,53
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		51.012,00	76.073,43
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		39.157,05	35.905,11
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		11.854,95	40.168,32
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		2.295,84	1.002,40
Resultados antes de impostos		9.559,11	39.165,92
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		9.559,11	39.165,92

APPACDM - Soure

Anexo

10 de março de 2023

Índice

1 Identificação da Entidade

A APPACDM de Soure é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 25/02, Série II, com sede em Rua António José Carvalho Ventura, nº8 3130-261 Soure. Tem como valências / respostas sociais e outras actividades: o Centro de Actividades Ocupacionais, o Serviço de Apoio Domiciliário, o Lar Residencial, o Centro de Actividades de Tempos Livres, a Residência Autónoma, o Centro de Recursos para a Inclusão, a Formação Profissional, a Empresa de Jardinagem - Jardinsoure, para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

Promover a integração na sociedade do cidadão com deficiência mental, no respeito pelos princípios de normalização, personalização, individualização e bem-estar;

Promover o equilíbrio das famílias dos cidadãos com deficiência mental;

Sensibilizar e corresponsabilizar a sociedade e o estado, nas suas várias formas, no papel que lhes cabe na resolução dos problemas do cidadão com deficiência mental e respectiva família:

" Partilhar lugares comuns

" Fazer escolhas

" Desenvolver capacidades

Defender e promover os reais interesses e satisfação das necessidades do deficiente mental nas instituições, no trabalho, no lar e na sociedade, tendo como princípios básicos:

" Ser tratado com respeito e ter um papel socialmente valorizado;

" Crescer nas relações

Sensibilizar os pais e famílias, motivando-as para a defesa dos direitos dos seus familiares e apetrechando-os para a assunção das responsabilidades que lhes cabem, na condução de uma perspectiva de educação permanente na escola e na família;

Humanizar e normalizar as estruturas de resposta de modo a desenvolverem meios não restritivos para o deficiente mental;

Defender e promover a necessária adequação da legislação portuguesa e comunitária, no sentido de serem reconhecidos e respeitados os direitos e deveres do cidadão deficiente mental;

Promover actividades culturais, recreativas, desportivas, de lazer e tempos livres.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para

justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida Útil Estimada (Anos)
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento Básico	5
Equipamento de Transporte	5
Equipamento Administrativo	6
Outros Activos Fixos Tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo

que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

3.2.5 Propriedades de Investimento

3.2.6 Investimentos financeiros

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano. Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos

diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado

da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:

Descrição
Edifício Sede
Edifício Lar Residencial
Viaturas (7)
Diverso equipamento básico
Residência Autónoma

6 Ativos Intangíveis

7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	Custo de Aquisição	Ano de Aquisição	Valor em Dívida
Viatura AQ-14-RD	76.198,50	2022	61.383,07
Fotocopiadora Konica Minolta	11.799,00	2018	2.163,15

Em relação à fotocopiadora, o contrato de leasing tem incluídas 10.000 páginas de cópias a preto e 1.000 cópias a cores.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021				2022		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	2 243,74	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 320,84	0,00	0,00	1 193,70	61 124,17	0,00	705,05
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	1 320,84	0,00	0,00	1 193,70	63 367,91	0,00	705,05
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				48 518,47			61 980,87
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	11 803,24	12 357,47
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	166 425,87	145 233,29
Serviços secundários (jardinsoure, refeições escolares, lavandaria, costura, outras refeições e outros serviços)	79 680,90	76 962,48
Total	257 910,01	234 553,24

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Governo		
ISS, IP - Centro Distrital	708 237,58	660 898,75
Apoios do Governo		
Total	708 237,58	660 898,75

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

14 Imposto sobre o Rendimento

15 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de 64 e em 31/12/2022 foi de 65 (sendo que 2 funcionários estão em licença sem vencimento e 1 de baixa prolongada).

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	842 781,84	801 603,60
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	176 501,28	166 399,04
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3 911,56	6 286,51
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	0,00	1 877,41
Total	1 023 194,68	976 166,56

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
Outros investimentos financeiros	12.190,91	9.795,05
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	12.190,91	9.795,05

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	63 792,61	61 524,54
Total	63 792,61	61 524,54

17.4 Outras contas a receber

17.5 Diferimentos

17.6 Outros Ativos Financeiros

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021
Caixa	33 409,80	1 281,91
Depósitos à ordem	127 651,88	139 157,31
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	161 061,68	140 439,22

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	48 173,37	0,00	0,00	48 173,37
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	515 529,97	39 165,92	0,00	554 695,89
Excedentes de revalorização	809 245,51	0,00	0,00	809 245,51
Outras variações nos fundos patrimoniais	373 480,74	0,00	0,00	373 480,74
Total	1 746 429,59	39 165,92	0,00	1 785 595,51

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	33 604,01	34 962,51
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	33 604,01	34 962,51

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	2 401,08
Total	0,00	2 401,08
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	8 566,86	11 111,72
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2 585,95	1 005,91
Segurança Social	14 616,93	11 571,51
Outros impostos	4 134,67	4 264,91
Total	29 904,41	27 954,05

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		133 601,23		119 205,86
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		138,27		0,00

Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		2 547,34		12 398,10
Credores por acréscimo de gastos		0,00		3 438,62
Outros credores		313,44		6 339,71
Total	0,00	136 600,28	0,00	141 382,29

17.12 Outros Passivos Financeiros

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	875 391,06	778 376,06
Subsídios de outras entidades	314 333,33	479 058,10
Doações e heranças	222 578,09	147 348,48
Legados	0,00	0,00
Total	1 412 302,48	1 404 782,64

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	79 590,82	78 160,80
Materiais	15 047,39	10 274,02
Energia e fluidos	73 861,37	55 903,53
Deslocações, estadas e transportes	15 721,82	4 986,83
Serviços diversos	50 593,22	49 904,27
Total	234 814,62	199 229,45

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	0,00	1 067,13
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	9 797,54	8 565,32
Total	9 797,54	9 632,45

17.16 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Perdas em inventários	0,00	0,00
Ações de Formação POISE	175 656,34	189 457,15
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	132 471,35	135 859,38
Total	308 127,69	325 316,53

17.17 Resultados Financeiros

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2022, foram aprovadas pela Direcção em 30 de Março de 2023.

Soure, 31 de dezembro de 2022

O Contabilista Certificado

A Direcção
